

Estratégias para a superação da repetência

Sergio Costa Ribeiro

outubro de 1993

Uma vez constatada a relevância da repetência escolar na problemática da escola brasileira é necessário tentar entender como este mecanismo perverso de controle social funciona antes de tentar divisar estratégias de superação.

Em primeiro lugar, é bom recordar aqui as diversas formas de repetência e as tentativas até hoje realizadas para superá-las antes de propor novos processos.

Existem pelo menos três formas de produzir repetências na escola brasileira.

- A clássica reprovação no final do ano letivo.
- O afastamento do aluno durante o ano letivo.
- A subseriação das séries ou rematrícula na mesma série de alunos aprovados anteriormente na série.

É forçoso notar que as taxas de repetência mais acentuadas são as da 1ª série, da 5ª série e da 1ª série do 2º Grau. Estas séries correspondem, historicamente, ao início de etapas de escolarização em nosso sistema formal de ensino. Uma provável razão para este fato está na idéia de que a escola fundamental não é para todos e a seleção é feita através da repetência. Parece existir uma luta entre o povo que quer educar suas crianças e a escola que seleciona quem deve ser escolarizado. Outra leitura desses dados parece mostrar que a ameaça da repetência é o principal instrumento pedagógico de motivação para a aplicação nos estudos por parte dos alunos.

Tentativas de superação da repetência nas séries iniciais

- Criação da pré-escola e classes de alfabetização.

A partir de meados da década de 1980, principalmente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste, foram introduzidas classes de alfabetização a partir da idade de 6 anos. Esta política estava baseada em estudos que mostravam a diminuição da repetência na 1ª série quando as crianças eram expostas previamente aos rudimentos de uma alfabetização. Teoricamente nas Classes de Alfabetização não haveria

repetência. O que ocorreu, na prática, é que estas classes foram implantadas nos sistemas sem que houvesse possibilidade de mudar a prática escolar. Como consequência, transferiu-se parte da repetência de aprovados (subseriação) da 1ª série para as classes de alfabetização sem tenha havido no sistema uma melhoria do fluxo escolar, mantendo-se inclusive a repetência nestas classes.

- Introdução de ciclos básicos de alfabetização.

Aqui, novamente, partiu-se da idéia de que cada criança teria um ritmo próprio de aprendizagem e que ao suprimir a seriação nos dois primeiros anos de escolaridade poderia advir uma melhoria de aprendizagem e por decorrência uma melhoria no fluxo escolar. As análises já realizadas em S. Paulo e Minas Gerais mostraram que, do ponto de vista do fluxo escolar este expediente não houve melhora. Em Minas a avaliação de desempenho realizada na rede estadual, em 1992, mostrou que os alunos promovidos à 3ª série apresentavam deficiências de aprendizado incompatíveis com as metas propostas para Ciclo Básico.

- Introdução dos blocos únicos de 1ª a 4ª série.

Estas experiências estão sendo realizadas na rede estadual do Rio de Janeiro e na rede municipal da cidade de S. Paulo. Não houve tempo, ainda, para que se possa aferir o efeito destes procedimentos já que sua introdução foi feita em 1992. Pode-se, no entanto, especular que vai ocorrer aqui algo análogo ao que ocorreu com o CBA em Minas e S. Paulo.

- Ensino supletivo.

Esta modalidade de ensino, originariamente prevista para atender aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria, transformou-se, hoje, num mecanismo de compensação da repetência do sistema regular de forma a permitir a “recuperação” do atraso provocado pela repetência na escolaridade dos jovens. No Rio de Janeiro esta modalidade de ensino transformou-se num curso regular noturno (os módulos de seis meses foram aumentados para um ano) com baixo rendimento e altas taxas de repetência e evasão.

Por onde avançar.

Os fracassos detectados nessas tentativas nos mostram que, apesar das idéias iniciais estarem basicamente corretas, sua implementação esbarra em hábitos e praxis pedagógicas muito enraizadas de difícil mudança com a qualidade dos recursos humanos disponíveis nas escolas.

Aqui não podemos deixar de mencionar que com os níveis salariais dos professores e sua extração social nas camadas culturalmente menos favorecidas da população não permitem esperar que processos inovadores possam ser assimilados e praticados pelas escolas. Por outro lado a formação docente é cada dia mais precária e a capacidade de apreender novas atitudes extremamente limitadas. Não há como esperar que se possa operar milagres com a prioridade com que governos e elites sociais estão dando à educação fundamental em nosso país.

Assim, qualquer medida que seja tomada para a superação da repetência tem que partir dessas premissas. Isto não quer dizer que nada pode ser feito.

- Em primeiro lugar a constatação do esforço da população para manter seus filhos na escola tem que ser capitalizado em termos de políticas públicas.

- A difusão da existência da grave disfunção que representa a repetência escolar em nosso sistema tem que ser feita de forma mais oficial do que tem sido feita até agora. Métodos simples que permitissem às escolas contabilizar suas taxas de repetência ajudaria em muito uma mudança de mentalidades e atitudes. Para isso a implantação da Ficha de Matrícula proposta na última reunião do CONSED se torna urgente.

- Treinamento de professores em práticas avaliativas continuadas e não esporádicas nos parece um primeiro passo indispensável.

- Avaliação externa do rendimento escolar dos alunos, com tecnologias modernas hoje disponíveis, permitiria alimentar as famílias e autoridades com insumos indispensáveis para a cobrança da qualidade do ensino nas escolas. Hoje, a completa ausência de indicadores de desempenho não permite aos pais sequer demandar melhor qualidade de ensino. Um projeto deste tipo, no entanto, requer investimento na formação de instituições e recursos humanos numa área onde o Brasil se encontra tremendamente defasado em relação ao resto do mundo.

- Finalmente é preciso fazer alianças com os setores empresariais modernos do país para que com seu poder de “lobby” possam ser mudadas as prioridades de investimento de recursos em favor da educação. Em contrapartida é necessário trabalhar junto aos sindicatos profissionais esclarecendo-os sobre os reais problemas do sistema de ensino e como superá-los.